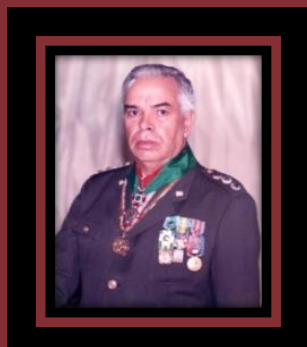


**REMINISCÊNCIAS DA PROFISSÃO PELO
VETERANO GEN EX MAYNARD MARQUES DE SANTA
ROSA**



**Veterano Cel Eng e EM Cláudio Moreira Bento
Historiador e pensador militar, Memorialista e Jornalista**



Veterano Gen Ex Maynard Marques de Santa Rosa

LIVRO DIGITAL

Capa tendo por fundo as cores do Exército Brasileiro e margens em azul turquesa, cor da Arma de Engenharia que o autor integra desde 1953.

A AUTORIDADE MILITAR NO BRASIL VEM SENDO MITIGADA PROGRESSIVAMENTE PELA LEGISLAÇÃO

A autoridade militar no Brasil vem sendo mitigada, progressivamente, pela legislação. O processo é deliberado e imita a metáfora do sapo cozido, isto é, **“Aumentando-se a temperatura da panela, gradualmente e de forma sutil, o sapo não reage e se mantém acomodado, até que, ultrapassado o limite suportável, ele morre”**.

A escalada começou na **Constituinte de 1988**, sob motivação revanchista. **A Constituição Cidadã** extinguiu o **Conselho de Segurança Nacional (CSN)**, que representava a expressão militar no cenário político e tinha poder de veto dos empreendimentos nas áreas de Segurança Nacional, como a Faixa de Fronteira. Após extinto, passaram a proliferar as reservas indígenas, quilombolas e ambientais na Amazônia, patrocinadas por milhares de **ONGs estrangeiras**. E o Poder Militar ficou representado pelos ministros militares.

Em 1995, o governo do PSDB deu um impulso à escalada, com a introdução do conceito de teto histórico no orçamento militar e a redução de poder imposta aos comandantes militares de áreas, que perderam a atribuição de decretar prontidões e de empregar a tropa, passando a competência para o ministro do Exército. Posteriormente, o próprio ministro perdeu essa atribuição, que ficou restrita ao Presidente e aos demais Poderes da República.

O passo seguinte foi a decretação do PNDH-1 (Plano Nacional de Direitos Humanos). Com base nele, criou-se a **Comissão de Anistia** e iniciou-se a perseguição aos antigos agentes da repressão. A primeira vítima foi o Cel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI do II Exército (**Destacamento de Operações de Informações**), que foi difamado pela mídia, sem direito de defesa, e processado na Justiça. A Instituição militar limitou-se a um

apoio jurídico discreto e informal. Seguiram-se os “casos” Avólio e Fayad, igualmente indefesos.

Em 1998/1999, houve o lance decisivo da implantação do **Ministério da Defesa**. A modernização das estruturas de Defesa era uma necessidade estratégica, para garantir a interoperabilidade das Forças, racionalizar os gastos e otimizar a produtividade. No entanto, a motivação política era revanchista e tinha a intenção de limitar o papel histórico do estamento militar, o que afetou a configuração e a mentalidade do novo ministério.

O ministro do Exército foi surpreendido com a solicitação de um representante da Força na Comissão de Trabalho, já com agenda marcada para o dia seguinte. Até então, sequer queria ouvir falar do assunto. Ante o inesperado, atribuiu-me a missão de representar o Exército, devendo providenciar, no prazo de 24 horas, uma relação das atividades comuns às Forças Singulares, passíveis de integração.

O grupo de trabalho era chefiado pelo ministro da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e incluía o chefe do Gabinete Militar e representantes do MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado), Relações Exteriores (ministra Maria Laura), EMFA, Exército (eu), Marinha (CMG José Antônio de Castro Leal) e da Aeronáutica (um oficial PTTC). O Gen Cardoso chefiou a subcomissão de atividades comuns passíveis de integração.

Até então, as Forças Armadas tinham subestimado o projeto. O Decreto deflagrou um clima de perplexidade e competição. A Marinha teve uma reação corporativista. Seu ministro flertava com a solução mexicana, onde há uma Secretaria da Marinha, autônoma e paralela à Secretaria de Defesa. Parecia uma saída inviável, por ser o Brasil banhado por um único oceano, enquanto que o México se defronta com o Golfo do México e o Pacífico Norte; daí, possuir duas esquadras. As propostas foram centralizadas,

retirando a liberdade de ação do seu representante, que só podia opinar a cada sessão seguinte, após ouvido o chefe.

O chefe do EMFA parecia almejar o futuro cargo. O ministro da Aeronáutica, aparentemente, lavou as mãos e ignorou o processo. Seu representante na Comissão era um oficial PTTC em regime de rodízio. Portanto, as Forças Armadas defrontaram-se com o desafio despreparadas e enfraquecidas pela desunião. Disso se aproveitou o chefe da Casa Civil para impor o projeto do PSDB, baseado na ideologia do “**Controle Civil Objetivo**”, de Samuel Huntington, que tem como lema: “**A chave do cofre e a caneta em mãos civis**”.

Percebi a tempo a intenção do governo de centralizar no futuro Ministério da Defesa os fundos institucionais das três Forças e seus respectivos centros de Inteligência e de Comunicação Social. Avisei ao ministro, que conseguiu impedir a fusão dos Centros, mas não pôde evitar a inclusão do Fundo do Exército na **Lei de Diretrizes Orçamentárias**.

Contudo, promovido em março de 1998, fui nomeado comandante da **10ª Bda Inf Mtz**(Recife/PE) e liberado da Comissão, perdendo o contato com o assunto.

A **Medida Provisória** que, posteriormente, instituiu o Ministério da Defesa, foi redigida sem consulta às Forças, e conferiu ao novo ministro atribuições inerentes a um comandante civil interposto entre os comandantes militares e o comandante supremo.

Criado no **Ministério da Defesa** em 1999, o Poder Militar caiu para o 2º escalão e passou a ser representado pelos comandantes das Forças Armadas, que são escolhidos pelo Presidente.

Em 2007, já no último posto da carreira General de Exército, fui exonerado do Ministério da Defesa antes do término da minha comissão, após duas audiências em que representei o ministro Valdir Pires no Congresso e revelei a realidade das **ONGs estrangeiras na Amazônia** e os

interesses por trás da demarcação da reserva indígena **Raposa-Serra do Sol**.

Em outubro de 2008, a escalada prosperou, com a criação da **Comissão da Verdade**. A resistência militar foi aplacada por um acordo negociado pelo novo ministro da Defesa, em que as investigações seriam estendidas ao período do Estado Novo. Por óbvio, considerei a solução insuficiente, já que não mais existiam integrantes do governo Vargas a serem investigados. Mas fui voto vencido e, para não me sentir omissos, fiz vazar na internet a mensagem que classificava a **Comissão da Verdade como comissão da calúnia**. O governo retaliou novamente, mandando me exonerar da chefia do DGP. A decisão foi absorvida passivamente pela Força. Houve até comentários de que a minha atitude mais prejudicava do que ajudava a Instituição. E um companheiro chegou a me desaprovar em particular, ao comentar que: **“Cada um de nós é responsável pelos seus próprios atos”**.

Em 2019, o governo Bolsonaro, inspirado no discurso dos valores morais, confiou cargos de confiança a quadros da ativa e da reserva, mas não se preocupou em corrigir as anomalias remanescentes. Em vez disso, contribuiu para desabonar ainda mais o estamento militar e reforçar a prevenção política, ao exonerar em massa os comandantes das Forças Armadas, em março de 2021. Como de costume, as instituições absorveram o choque com naturalidade.

Portanto, a reação à crise de 8 de janeiro de 2023 era perfeitamente previsível. É notório que houve imprevidência dos comandos, ao tolerarem concentrações populares em áreas de segurança dos quartéis. Ao admiti-las, ficou subentendido para o povo que: **“quem cala, consente”**. O desfecho em Brasília, onde mais de 900 acampados da praça dos Cristais terminaram expulsos e confinados pela Polícia Federal, fez desmoronar a credibilidade institucional e maculou fortemente a imagem da Força.

Não obstante, continua em curso a estratégia de constrição, agora estendida às demais forças de

segurança. No âmbito do Ministério da Defesa, alguns titulares fizeram sondagens e tentativas de ingerência ideológica no ensino de formação militar, mas encontraram resistência cultural, pelo menos, até o momento. É provável que persista a intenção, por ser a tática mais eficaz de conquistar as mentes das novas gerações, como ficou provado nas **universidades públicas**.

No âmbito militar, parece que, com o passar do tempo, a lassidão alastrou-se, o idealismo que animava as antigas gerações foi cedendo espaço ao pragmatismo e a passividade tornou-se rotina. **A Instituição perdeu o elã.**

“Em nosso valor se encerra a esperança que o povo alcança”.

Se o perdemos, esvai-se a esperança popular e grassa o tédio. A convocação popular das Forças Armadas é arquetípica, e sua força emana do inconsciente coletivo. Em crises nacionais como foram as de 1930 e 1964, aflora o arquétipo e o povo cobra.

A Nação espera que cada soldado, marinheiro e aviador cumpra o seu dever.

No início de sua abordagem o General Maynard aborda:

O Campo da Motivação da Doutrina de uma Força Armada como preparação para um Guerra

“Na guerra, o que é moral está para o que é material, assim como 3 está para 1 (Napoleão Bonaparte).

Napoleão intuiu perfeitamente o valor da **Motivação** como indutor do poder de combate e da liderança como catalisador dessa energia. Seu mais célebre adversário, o Duque de Wellington, afirmou que a simples presença do Imperador no campo de batalha acrescia o poder de combate ingles como equivalente a uma divisão inteira. Há pouco tempo, o povo do Vietnã demonstrou para o presidente Gerald Ford que camponeses raquíticos altamente motivados eram capazes de superar o poderio militar mais pujante que já existiu na História da humanidade.

É assunto que abordo em meu Livro Digital **a Tradição Guerrilheira Brasileira em defesa de sua Unidade, Integridade e soberania na minha memória**, obra disponível em Livros e Plaquetas, em Conflitos no meu site www.ahimtb.org.br e no Google. E continua o General Maynard

“Portanto, a força moral da dimensão humana é o que realmente conta, e não a riqueza material. A conjuntura atual do nosso País mostra uma estabilidade aparente, semelhante à paz dos pântanos, onde o impacto de um pedregulho provoca uma onda que traz à tona a lama do fundo e a espalha pela superfície. O que deu causa à insalubridade social existente foi a ausência de dissuasão militar durante a crise de transição de governo. Para entender que se trata do desfecho de um longo processo, passo a descrever o produto da minha observação pessoal ao longo da vivência dos altos escalões, a partir de 1995. A autoridade militar no Brasil vem sendo mitigada, progressivamente, pela legislação. **O processo é deliberado e imita a metáfora do sapo cozido, isto é, “Aumentando se a temperatura da panela, gradualmente e de forma sutil, o sapo não reage e se mantém acomodado, até que, ultrapassado o limite suportável, ele morre”.**

E completo como minha informação na qualidade de historiador, memorialista e jornalista. Exemplo: Remeto via e-mail meus trabalhos sobre Conflitos, Exército, AMAN, Doutrina Militar inclusive para a AMAN, EsAO e ECEME para 130 possíveis interessados destas instituições de Ensino e somente dois ou três acusam o recebimento. Creio que isto contribui para a mitigação do Exército, segundo o Veterano General Maynard, reforçada pela declaração de nosso Presidente do Brasil, que “se dedica a longo tempo combater o patriotismo, o culto de valores e da família e o que de longa data se dedica” segundo informa o analista Paulo Echebarria; em seu excelente programa na **Rádio Mundial**. Felizmente existe um grande analista do processo histórico brasileiro morador nos Estados Unidos

que no Instagram acessando seu nome Coronel Gerson Gomes, tem-se contado com sua extensa obra de relevante importância para as Forças Armadas no contexto militar.

Parabéns General Maynard, meu companheiro numa demonstração das Batalhas do Guararapes, no local onde se travaram as históricas batalhas e com apoio em meu Livro as **Batalhas dos Guararapes - descrição e análise militar** as quais segundo Gilberto Freyre:

“Nas batalhas dos Guararapes foi decidido a ferro e fogo destino do Brasil o de um só e não dois ou três hostis entre si.”

Esta sua parte sobre **Motivação ou desenvolvimento das forças partes morais de uma guerra** que abordou em seu artigo em foco, a introduzi ao final de meu livro digital **Uma abordagem Hipotética para entender o que é uma Doutrina Militar e o que é Ciência e Arte Militar etc**, disponível em Livros e Plaquetas, em Exército, no meu site www.ahimtb.org.br e no Google.

AHIMTB que fundamos em Resende em março de 1996 e que foi acolhida pela AMAN inicialmente em suas instalações externas e no Bicentenário da AMAN, em 2011 em suas instalações externas contando com 5 AHIMTBs dela dependentes e no RS, DF, SP, RJ e Resende. FAHIMTB que fui obrigado a extinguir por término de meu contrato por decisão do Chefe DECEX, não acolhendo proposta do comandante da AMAN. E fui obrigado em 20 dez 2019 a extingui-la e tornar independentes as 5 AHIMTBs. Eles continuaram a usar no início de suas sessões a seguinte oração de abertura, estímulo a **Motivação** de seus integrantes, de fidelidade ao Exército e a sua verdadeira história, tão manipulada de dentro para fora e de fora para dentro, a partir em especial das últimas eleições presidenciais, agora sem reação do Comandante das Forças Armadas contra projetos que visam alterar a histórica previdência do militar e mitigar ainda mais a autoridade militar no Brasil das suas Forças Armadas que já tiveram 70% de suas verbas cortadas, num cenário

internacional que num momento qualquer pode estourar uma 3ª Guerra Mundial, no curso do desenvolvimento da guerra Rússia x Ucrânia, China x Taiwan (Ilha Formosa, Israel x Iran, Hamas e Hezbollah). E inclusive aqui na América do Sul, a pretendida e planejada Guerra Venezuela e Guiana, causa preocupação à Defesa de nossa Extensa Amazônia Azul, nosso Mar Territorial, para nossa Marinha de Guerra, para bem defendê-la necessita renovar sua Esquadra. Como será isto possível para que ela disponha de efetivo poder defensivo dissuasório marítimo possível, com o concurso de nossa FAB e do Exército. Isto é resposta a ser dada por nosso Ministro da Defesa.

ORAÇÃO DE ABERTURA DE SEÇÃO DAS HOJE AHIMTBs

Para tentar desenvolver a **Motivação** no Exército para o fiel cumprimento de suas **missões expressas ou deduzidas**, criamos a seguinte oração de abertura da **Academia de História Militar Terrestre do Brasil AHIMTB**:

PEDIMOS A DEUS QUE NOS DÊ **SABEDORIA** PARA
DESCOBRIRMOS A **MELHORES LIÇÕES E A VERDADE
HISTÓRICA**, NAS PESQUISAS E REFLEXÕES DA
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO
BRASIL.

CORAGEM MORAL E VONTADE CULTURAL PARA
ESCOLHER AS **MELHORES LIÇÕES E A VERDADE
HISTÓRICA**.

FORÇA, GARRA E DETERMINAÇÃO PATRIÓTICAS
PARA FAZER COM QUE A **VERDADE HISTÓRICA** E AS
MELHORES LIÇÕES TRIUNFEM SOBRE AS
**FALSIDADES, DETURPAÇÕES, A INDIFERENÇA E A
IGNORÂNCIA**.

TUDO PARA A MAIOR **GLÓRIA** E O
DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS TERRESTRES DO
BRASIL, NO EXERCÍCIO O MAIS **COMPETENTE**
POSSÍVEL DE SUAS MISSÕES CONSTITUCIONAIS.
QUE ASSIM SEJA!!!

O Maior obstáculo que hoje o Exército enfrenta, salvo melhor juízo, é a indiferença e lassidão ao culto de rica História Militar, o que facilita o Governo reduzir em 70% o seu Orçamento, a alterar a histórica **Previdência Social dos Militares** e condenar as **escolas cívico militares estaduais** de culto ao **Patriotismo** e interferir no Ensino nas nossas Forças Armadas.

Publicamos os Livros Digitais **Historiadores Militares do Exército falecidos** e **Historiadores Militares em Atividade**, disponíveis em Livros e Plaquetas em Personalidades no meu site www.ahimtb.org.br e no Google. O declínio por indiferença e lassidão do assunto **História do Exército** por seus integrantes fala por si.

E o fruto de minha experiência como integrante do Exército há 79 anos e como o seu historiador e pensador militar há 54 anos e autor de mais de 270 livros digitais e publicados, afora centenas de artigos publicados em nossos periódicos militares e na imprensa civil, conforme o demonstro em meu currículo sintético. Quem discordar humildemente peço que me informe para eu aprender e corrigir os rumos do meu pensamento militar.

Sei que o comandante do Exército reconhecendo esta indiferença e lassidão, no trato da História do Exército, nomeou um Veterano General de Brigada para estudar o Problema e Propor soluções. Tomara que consiga um boa solução para romper a Indiferença de seus integrantes de maneira geral, pela **História do Exército**, cujas atividades o Estado-Maior do Exército declarou em Diretriz em 1970 **serem essenciais ao desenvolvimento da Doutrina, do Ensino e Instrução e do Patrimônio Histórico e Cultural Exército.**

Diretriz que conheci em 1970 como integrante do EM do 4º Exército no Recife e iniciei minha carreira como historiador militar muito prestigiado por longo período por comandantes e oficiais generais tendo o Gen Ex Arthur Duarte Candal da Fonseca prefaciado meu livro que escrevi como Missão Militar: **As Batalhas dos Guararapes**

análise e descrição militar, disponível Livros e Plaquetas - Conflitos no meu site www.ahimtb.org.br e no Google. E também biografei o Gen Ex Arthur Duarte Candal da Fonseca a pedido de seu Neto, em livro disponível em Livros e Plaquetas em Personalidades no meu site www.ahimtb.org.br e no Google. Lembro que os **Jovens Turcos** que fundaram **A Revista a Defesa Nacional em 1913** e que tiveram grande projeção no desenvolvimento do Exército e escreveram no primeiro editorial do primeiro número da Revista e disponível na **História do Exército Brasileiro Perfil militar de um Povo** as p. 803/805 do 2º volume o que transcrevo parte a seguir:

“Nós estamos profundamente convencidos que só se corrige o que se critica: de que criticar é um dever; e de que o progresso é obra dos dissidentes. Esta revista foi fundada, por conseguinte, para exercer o direito que todos temos de julgar das coisas que nos afetam, segundo o nosso modo de ver, e de darmos a nossa opinião a respeito.

Mas nós também nunca perderemos de vista que tudo neste mundo é relativo, e que ‘*quand on comprend tout, on pardonne tout.*’

Nunca nos esqueceremos, nestas páginas, de fazer a mais rigorosa justiça àqueles que nos precederam nesta senda, e que hoje, embranquecidos e trôpegos, os pés sangrando das durezas do caminho, se vão pouco a pouco afundando, nas glórias fúnebres do poente...

Em todas as coisas desta vida é preciso não esquecer nunca a época em que elas foram feitas e o espírito que as ditou. Muito do que hoje nos parece deslocado e anacrônico, foi racional e aceitável a seu tempo, assim como o que hoje nos parece excelente, será criticável amanhã

Profundamente compenetrados dessas verdades eternas, nós desejamos que um largo espírito de tolerância e camaradagem estenda sobre as páginas desta revista duas grandes asas brancas...

Não queremos ser absolutamente, no seio da nossa classe, uma horda de insurretos dispostos a endireitar o mundo a ferro e fogo — mas um bando de Cavaleiros da Ideia, que saiu a campo, armado, não de uma clava, mas de um argumento; não para cruzar ferros. mas para raciocinar; não para contundir, mas para convencer.

Foi com estas ideias que resolvemos fundar esta revista.

Nela exerceremos necessariamente o direito da crítica: — às ideias, não aos indivíduos.

Mas, tanto quanto nos fosse possível, dentro da falibilidade das coisas humanas, procuraremos manter sempre uma nobreza de atitude — digna daqueles para quem escrevemos.

Não nos move de forma alguma a preocupação pretensiosa de sermos os mentores dos nossos chefes, nem dos nossos camaradas; entramos na liça apenas com um pouco de mocidade, um pouco de estudo e a maior boa vontade, e dos nossos chefes e camaradas ambicionamos tão somente ser prestimosos auxiliares e dedicados colaboradores.”

Ass: Mario Clementino

GRUPO FUNDADOR

Estevão Leitão de Carvalho

Mario Clementino de Carvalho

Joaquim de Souza Reis

Bertholdo Klinger

Francisco de Paula Cidade

Brasílio Taborda

Epaminondas de Lima e Silva

Cesar Augusto Parga Rodrigues

Euclides Figueiredo

José Pompêo Cavalcanti de Albuquerque

Jorge Pinheiro

Amaro de Azambuja Villa Noéa

**E Seus trabalhos foram estimulados e protegidos pelo
Ministro da Guerra então General de Divisão José
Caetano de Farias**

E lembrando que as Vigas Mestras de uma Unidade militar são:

O Culto da Hierarchy e da Disciplina, de sua História e Tradições e das Virtudes militares e por todos os seus integrantes.



Cel Inf Mario Clementino

Foi pensador militar terrestre fecundo. Participou do Grupo enviado pelo Marechal Hermes da Fonseca para curso no Exército Alemão. De retorno integrou o grupo de Jovens Turcos, que em 1913 fundaram a revista A Defesa Nacional, cabendo-lhe a autoria do 1º editorial da Revista e por ele assinado. Editorial reproduzido na História do Exército Brasileiro, perfil militar de um povo 1972 as p. 805-807 de seu segundo volume. E neste editorial inicia com estas palavras “como é fácil de ver, o escopo de seus fundadores, não é outro senão o de colaborar, na medida de suas forças, para o soerguimento de nossas instituições militares, sobre quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos legaram e da enorme soma de interesse que sobre ele se acumulam”.

E mais adiante:

“Nós estamos profundamente convencidos de que só se corrige o que se critica e de que criticar é um dever; e de que o progresso é obra de dissidentes. Esta revista foi fundada, por conseguinte, para

escrever o direito que todos temos, de julgar as coisas que nos afetam, segundo o nosso modo de ver, é darmos nossa opinião a respeito.”

Mais tarde como professor de História Militar, ele informa sobre pensamentos do Marechal Ferdinando Foch sobre Arte Militar.

“Arte da Guerra exclui qualquer esquema. E não há maior perigo do que se pretender querer conduzir uma campanha com régua e compasso, como quem faz geometria...”

Exemplificando o pensamento do Marechal Ferdinand Foch, professor de História Militar da Escola Superior de Guerra da França que dali saiu para comandar a vitória aliada na 1ª Guerra Mundial, Mario Clementino escreveu em suas aulas de História há 105 anos.

"Durante os períodos de paz mais ou menos longos, é do estudo crítico da História Militar que os comandos dos exércitos (Cérebro) se preparam para as eventuais campanhas futuras. Esse estudo crítico é de tal forma proveitoso que se têm visto exércitos que durante largo tempo só estudaram a guerra nos livros, baterem em campanhas recentes, exércitos aguerridos, porém que deram mostras de menosprezo ao estudo teórico dos princípios da Arte da Guerra. De 1815-1866 o Exército da Prússia não tinha ido à guerra. Entretanto venceu com notável maestria em 1866, o Exército da Áustria que vinha de realizar campanha de 1859.

O Exército do Japão só aprendeu a Arte da Guerra com a experiência alheia, adquirida de missões militares alemã e francesa. E na Manchúria revelou conhecimento completo da Arte da Guerra e fez campanha notável sob todos os pontos de vista. Não se deve concluir disto que a mera acumulação na memória dos fatos da História Militar (História Militar Descritiva) confira a capacidade para comandar exércitos. Se assim fosse seria fácil ser um general cabo de guerra. Mas não é isto! A Guerra é produto de um conjunto de circunstâncias múltiplas e várias, e o que se pode afirmar é que nenhuma campanha se reproduz da mesma forma no espaço e no tempo, de modo que possa ser copiada ou rigorosamente imitada de campanhas recentes. O que interessa no estudo da História Militar (Crítica), no mais alto nível, é a capacidade de discernir, destacar e isolar os princípios da Arte da Guerra que regem o fenômeno, da massa enorme de fatos que deles se depreendem, como uma emanção espiritual. (Nota: é o que classifico como História Militar Crítica). E mesmo depois que se fez isso, depois que

os Princípios da Arte da Guerra foram isolados, destacados e compreendidos, aqueles que aspiram as culminâncias da Arte Militar tem de ir um pouco além. Tem que penetrar-lhes (Princípios da Arte da Guerra) em seu senso filosófico e por vezes esotérico, sua extrema elasticidade diante das circunstâncias, o seu relativismo inflexível, os seus conflitos mútuo-arentes ou reais, os paradoxos a que eles por vezes conduzem e, ao lado disso; o seu caráter imutável e eterno; a sua incoercibilidade irreduzível em determinadas emergências, a implacabilidade de seus decretos, as consequências desastrosas que às vezes acompanham as suas mais elementares infrações. Tudo isto deve o general discernir e compreender em meio do tumulto e do entrecchoque dos motivos, os mais diversos, que entram no fenômeno da guerra: motivos/psicológicos, biológicos, industriais, geográficos, topográficos, climatéricos, místicos, políticos e outros...”

Em 1934 foi louvado pelo Cel. Francisco José Pinto ao deixar o comando das Escolas Técnicas do Exército e Militar Provisória, para assumir a chefia do Gabinete de Ministro da Guerra Gen Div Pedro Aurélio Góes Monteiro, grande pensador militar.

“Peço neste instante permissão ao Sr. Cel. Mário Clementino, muito digno professor da 5ª aula de História Militar do 3º ano, para testemunhar-lhe a minha profunda admiração pelo cabal desempenho e inexcedível competência com que rege a referida aula de História Militar Esses predicados que ornaram o Sr. Cel. Mário Clementino não constitui para mim novidade. Desde o seu ingresso no oficialato do Exército Brasileiro, que me habituei a o ver muito justamente pela sua vasta cultura intelectual e profissional e pela inteireza de seu diamantino caráter, como um dos mais brilhantes ornamentos do quadro de professores militares”.

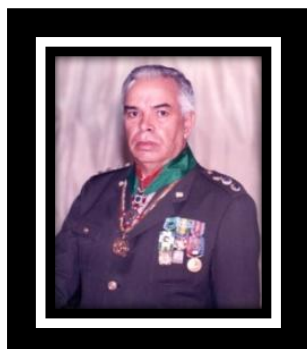
Em 1934 integrou a Comissão Examinadora de História Militar da Escola Militar Provisória, em 1936 aos 60 anos foi transferido para a Reserva, por haver atingido a idade limite. Este foi o pensador militar esquecido e professor de História da Escola Militar, autor do notável, contundente e corajoso Editorial do nº 1 de A Defesa Nacional. Revelação, justa e oportuna. Mário Clementino, havia caído no esquecimento de onde foi resgatado, com apoio em sua fé de ofício, pelo acadêmico benemérito da FAHIMTB Israel Blajberg, ao tomar posse na cadeira Mário Clementino. Posse que a FAHIMTB preservou em seu volume 39 de posses de acadêmicos, p. 73/305, em seu acervo na AMAN. Também o abordamos em pesquisa o Cel Inf Mário Clementino de Carvalho, como

homenagem da FAHIMTB, a um pensador militar brasileiro esquecido. Homenagem disponível em Livros e Plaquetas. em Personalidades no site www.ahimtb.org.br.

Escreveu na revista A Defesa Nacional.

Canções de Guerra III p.38/41 Aos srs Diretores de A Defesa Nacional XXXV 29/30. A marcha para a química total XLI 31/33. Escreveu na Revista Militar 1899-1908. O Estado atual do Exército 1911.

CURRÍCULO CULTURAL SINTÉTICO DO CEL CLAUDIO MOREIRA BENTO EM JUNHO DE 2024



Veterano Cel Eng e EM Cláudio Moreira Bento Historiador e pensador militar, Memorialista e Jornalista

(X) Coronel Cláudio Moreira Bento, nascido em Canguçu-RS em 19 out 1931. Turma Asp Mega Eng AMAN 1955. Historiador e Pensador Militar, Memorialista e Jornalista. Sócio Benemérito do IGHMB, emérito do IHGB, acadêmico correspondente da Academia Portuguesa da História e sócio correspondente das academias Real de História da Espanha, da Argentina e equivalentes do Uruguai e Paraguai. É o Presidente de Honra e acadêmico da Academia Duque de Caxias na República Argentina. Integrou como adjunto do Presidente, a Comissão de História do Exército do Estado – Maior do Exército 1971/1974, na qual como historiador convidado pelo Chefe do Estado-Maior do Exército escreveu o artigo As Guerras Holandesas, da **História do Exército perfil Militar de um Povo**. Foi instrutor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras 1978/1980 Academia sobre a qual escreveu 4 livros sobre sua História, além de diversos artigos inclusive sobre o Espadim de Caxias, arma privativa dos cadetes, Dirigi o Arquivo Histórico do Exército 1985/1980 onde criou em sala espacial o Arquivo da FEB. É autor de mais de 266 obras (Álbuns, livros e plaquetas) disponíveis para serem baixados no site www.ahimtb.org.br e no Google, além de centenas de artigos na imprensa civil e militar, em

grande parte disponíveis ou relacionados no citado site. Publicou: **Marechal José Pessoa e seus méritos na Fundação de Brasília e os valores de sua modelar carreira no Exército.** Foi o idealizador e executor do Projeto História do Exército no Rio Grande do Sul constante de 24 livros, dos quais 21 em 1ed e 3 em 2ed, tendo como principal parceiro o historiador militar Cel Luiz Ernani Caminha Giorgis. Presidiu como Diretor do Arquivo Histórico do Exército, comissão para estudar e propor a localização do Museu do Exército, o qual indicou o Forte de Copacabana. Comandou o 4º Batalhão de Engenharia de Combate em Itajubá 1982-1982. Dirigiu o Arquivo Histórico do Exército 1985-1990. É Comendador do Mérito Militar, do Mérito Histórico Militar Terrestre do Brasil e da Ordem João Simões Lopes Neto, por Lei da Câmara de Vereadores de Pelotas, além de diversas condecorações militares e civis. Trabalhou de 1957/59 e 1961/66 em Bento Gonçalves RS, na construção do Tronco Ferroviário Sul, considerado serviço de natureza nacional relevante. Tendo recebido de seu comandante como prêmio para sua Companhia uma caminhonete Aero Willys por haver sua companhia haver batido um record de 20 metros de perfuração semanal do Túnel 20, então considerado o maior da América do Sul, na bitola 4,90 de largura. Fundou e presidiu as Academias Canguçuense, Piratiniense, Resendense e Itatiaense de História. É sócio dos Institutos históricos e geográficos do RS, SC, PR, SP, MG, PB, RN, CE e de Sorocaba, Petrópolis, Pelotas. do CIPEL, em Porto Alegre e do IEV no Vale do Paraíba correspondente das Academias de Letras do Rio Grande do Sul e da Paraíba e da Raul Leoni de Petrópolis. Possui 6 prêmios literários e possui artigos transcritos na Câmara Federal e nas assembleias legislativas de Goiás e Minas Gerais e na Câmara de Vereadores de Recife. Coordenou o projeto, construção e inauguração do Parque Histórico Nacional dos Montes Guararapes no Recife. E cidadão itajubense, itatiaense e resendense. Tem sido considerado o maior historiador brasileiro de todos os tempos pelo volume e variedade de sua obra literária. Foi palestrante sobre História do Exército nas ESG, ECEME, IME, EsAO, AMAN, ESA e Escola de Instrução Especializada e nos CPOR de Recife, Rio De Janeiro, Porto Alegre e no NPOR de Pelotas, e Itajubá e Colégios Militares de Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Campo Grande. Desenvolveu, em parceria com o historiador militar Luiz Fagundes e foi lançada no ano de 2022, Bicentenário da Independência, a obra **Os 78 anos da Academia Militar das Agulhas Negras em Resende, com Almanaque de todos os Aspirantes a Oficial masculinos e femininos formados por ela 1944-2021.** E ainda

para o Bicentenário da Independência, a Biblioteca do Exército lançou seu livro **Duque de Caxias – o Patrono do Exército e a Unidade Nacional**, como contribuição do Exército às comemorações do Bicentenário da Independência. O Cel Bento também possui livros de sua autoria na Biblioteca Mindlin, atual Biblioteca da USP - Universidade de São Paulo. Este ano de 2024 completará 93 anos de idade. Se Deus quiser!. Em seu site e no Google pode ser acessado seu livro digital **Meu legado historiográfico civil e militar não vivi em vão!** Endereço: Rua Alfredo Whately, 365, Ed. Porto Aquarius, Cobertura 603 – Bloco B – Campos Elíseos, Resende-RJ, 27542-170. Site www.ahimtb.org.br. E-mail bento1931@gmail.com. Toda a sua obra historiográfica está disponível em seu site, criado e administrado por seu filho Veterano Capitão de Mar-e-Guerra Carlos Norberto Stumpf Bento. Obrigado a extinguir a FAHIMTB em 20 dez 2019, por falta de recursos para mantê-la por término de seu contrato por PTTC, criou independentes 5 AHIMTB, até então dependentes da FAHIMTB, com a finalidade de se manterem fiéis ao espírito da FAHIMTB, durante os seus 23 anos de profícua existência. FAHIMTB cujos traços de sua História preserva em seu site www.ahimtb.org.br e em especial em Livros e Plaquetas em FAHIMTB e no Google.